

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

Título: Cade pede para arquivar ação contra Petrobras	9
Título: Futuro dos blocos vetados será discutido hoje	14

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Problemáticas, distribuidoras à venda da Eletrobrás podem não ter comprador	2
VEÍCULO: Correio Braziliense	3
Título: Para garantir energia, vale até caroço de açaí	3
VEÍCULO: Valor Econômico	6
Título: Municípios montam fundos para poupar royalty	6
Título: Consumo de energia subiu 1,7% em fevereiro	8
Título: Cade pede para arquivar ação contra Petrobras	9
Título: Destaques	11
Título: Estrangeiras ampliam presença na exploração	11
Título: Futuro dos blocos vetados será discutido hoje	14
Título: Curta	15
Título: Renuka pode se desfazer de suas usinas em SP	15
Título: BNDES reduz exposição excedente em Petrobras	16

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Maria Cristina Frias**Título:** Problemáticas, distribuidoras à venda da Eletrobrás podem não ter comprador

Mercado Aberto

As seis distribuidoras de energia no Norte e Nordeste que a Eletrobrás pretende vender antes da privatização da companhia inteira têm problemas maiores que algumas das potenciais interessadas previam inicialmente.

Há grande risco de não haver ofertas para algumas — ou quase todas — as empresas à venda, segundo executivos do setor ouvidos pela coluna sob a condição de não terem suas identidades reveladas.

A Eletrobrás deverá liquidar as distribuidoras que não encontrarem um comprador. Em 2017, geraram prejuízo de R\$ 4,18 bilhões. As due diligences (auditoria dos ativos e de seus riscos) nas empresas têm encontrado problemas de duas naturezas.

Uma delas é da qualidade da infraestrutura, que já se sabia sucateada, mas os especialistas detectaram problemas ainda mais graves, conforme pessoas do setor.

O outro problema é relativo a pendências de dívidas na Justiça e na esfera administrativa. Parte dessas distribuidoras tinha um subsídio para funcionar, quando precisavam de gás, e ao mesmo tempo, deviam para fornecedores.

Esse passivo foi assumido pela Eletrobrás, mas ainda há riscos, afirmam executivos. Há casos em que os estados cobram ICMS com base nos subsídios recebidos.

Para um outro empresário, cinco dessas companhias não deveriam ser vendidas. As do Norte, em especial são muito deficitárias, diz. Deveriam ficar, com Itaipu e Eletronuclear, na empresa que remanescerá da Eletrobrás.

O governo deveria renovar a concessão dessas empresas com a condição de serem privatizadas em cinco anos. Durante esse período, seria contratada uma gestão privada para ver se as companhias se viabilizariam, sugere ele.

BNDES cria taxa fixa para giro e a prevê no Finame em breve

O BNDES lança nesta segunda-feira (2) uma taxa fixa no financiamento para capital de giro. Até o meio deste ano, a taxa fixa chegará ao Finame, que financia máquinas e equipamentos, e representa cerca de 40% do crédito do banco.

A taxa será oferecida a clientes como opção à TLP (Taxa de Longo Prazo), por meio de bancos comerciais que repassam recursos do BNDES.

A iniciativa na linha BNDES Giro deverá atender principalmente micro e pequenas empresas.

Além do Finame, outras linhas do BNDES vão oferecer a possibilidade da taxa fixa. O cálculo da TLP introduziu o componente da inflação. A taxa fixa, por sua vez, exclui o risco de alta do IPCA para as empresas, o que permite maior controle sobre suas dívidas.

O BNDES oferecerá a taxa por 5 anos, sem subsídios do Tesouro Nacional. Os bancos repassadores ficarão somente com o risco de crédito.

Numa estimativa do BNDES para este mês de abril, em contratos de cinco anos, a taxa fixa para os agentes financeiros repassadores seria de cerca de 9,66% ao ano.

Isso equivale, atualmente, ao CDI + 0,56% ao ano — ao qual se soma ainda o spread de risco de crédito dos bancos

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Para garantir energia, vale até caroço de açaí

As alterações no clima, com estiagens longas e preocupantes, e o compromisso global de redução das emissões de gases de efeito estufa começam a provocar alterações significativas na matriz energética do país. O Brasil, cuja dependência de eletricidade gerada a partir de hidrelétricas já ultrapassou 85%, hoje tem um mix muito maior de fontes renováveis. A energia hidráulica ainda é preponderante, com 60% da geração total, mas a eólica, a solar e, sobretudo, a biomassa aumentam sua participação no parque brasileiro, com o uso de matérias-primas cada vez mais exóticas. O futuro chegou e, atualmente, resíduos agroindustriais e florestais, como cavaco de madeira ou caroço de açaí, e até mesmo dejetos de animais e lixo podem se tornar fonte de energia.

“Perante o mundo, o Brasil já é diferenciado, com geração limpa, mas podemos nos tornar superlimpos. Podemos ser exemplo mundial de matriz neutra em emissões”, diz Luciano Basto, consultor técnico da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Ele ressalta que a melhor forma de não emitir gases é reduzir o consumo, pelo lado da eficiência, e não desperdiçar energia. “Porém, considerando que precisamos aumentar a oferta e que existe o compromisso com baixas emissões, as renováveis são melhores dos que as fósseis. No caso da biomassa, o Brasil é um dos maiores do mundo por ser grande produtor de alimentos, e ela pode ser utilizada por longo espaço de tempo, porque pode ser armazenada”, explica.

Existem coisas pouco utilizadas, afirma Basto, porque são exóticas. “Na questão do aproveitamento energético de lixo urbano, existem 2 mil usinas funcionando no mundo”, conta. Em Curitiba (PR), uma usina une o tratamento de esgoto com a fração orgânica do lixo humano para produzir biogás para geração elétrica. “No mundo, das 2 mil, a metade é de recuperação de gás de aterro e cerca de 600 são de incineração de lixo”, assinala Basto.

Como o Brasil ainda é muito rico em fontes baratas, a inovação não caminha com a velocidade que deveria. Experiências internacionais apontam para produção de eletricidade por meio de ondas e marés. “Tivemos um protótipo no Porto de Pecém, mas a tecnologia ainda é muito cara”, destaca o consultor da EPE.

Para o professor Roberto Pereira D’Araújo, diretor do Ilumina — Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico, apesar dos progressos, o Brasil ainda está muito atrasado, sobretudo na utilização da energia solar. “Bastariam 10% do tamanho do estado de Sergipe, cerca de 13 mil quilômetros quadrados, para gerar toda a energia brasileira”, afirma.

“Todas as nossas fontes alternativas estão ligadas ao estoque de água. Um shopping com teto cheio de placas fotovoltaicas deixa de consumir energia enquanto há sol. Nesse período, as hidráulicas estão guardando água”, ressalta

Araújo. É efeito da compensação. “Venta mais no período em que os rios estão com menos água. Venta mais à noite, quando não tem sol. Infelizmente, isso precisa de uma coordenação para reduzir a geração térmica. As vantagens do Brasil são enormes”, opina.

O diretor de Estudos Energéticos e Socioambientais do Instituto Acende Brasil, Alexandre Uhlig, explica que há buscas incessantes por outras fontes. “No Brasil, já existem fontes pouco convencionais. O que define o que será utilizado é a questão econômica, o aspecto comercial de geração em escala com baixo custo”, destaca. Por isso, na Região Sul, há indústrias que queimam casca de arroz, outras utilizam cavacos de madeira. No Sudeste, muitas usinas utilizam o bagaço da cana-de-açúcar, porque a produção é enorme. Na região Norte, onde há muita plantação de açaí, começa a se desenvolver uma indústria a partir do caroço da fruta.

Dono de restaurantes que vendem açaí em Belém, Nazareno Alves deve inaugurar, em dois meses, uma fábrica para fazer biomassa do caroço da fruta. Ele conta que, como o açaí é pequeno, do tamanho de uma jabuticaba, o caroço fica úmido. “Em fornalhas a 500 graus centígrados, a fábrica retira toda a umidade e produz pellets (uma fonte de energia renovável pertencente à classe da biomassa)”, explica.

O secador rotativo recebe 20 toneladas de caroço de açaí, seca tudo e depois outro equipamento retira a fibra. “O carocinho seco que sobra é comprado por indústrias do grupo Votorantim (cimento), Suzano (celulose) e Facepa (celulose), que o usam nas caldeiras para gerar energia”, diz.

O dono do Ponto do Açaí pensa em vender os três restaurantes e ficar só com a operação da indústria. “Hoje, temos 3,5 mil produtores de açaí na região, além de mais de 100 fábricas de polpa. Os caroços iam para o lixo. Agora, serão transformados em biomassa”, ressalta o empresário. “Vai render umas 10 vezes mais do que o meu negócio atual. O lixo virou luxo”, afirma.

Lixo é opção

Os resíduos agroindustriais são uma realidade na geração de energia. A batalha do advogado Yuri Schmitke Belchior Tisi é para transformar o lixo das cidades em eletricidade. Segundo ele, a recuperação energética a partir de resíduos sólidos urbanos já ocorre em diversos países da Europa e resolve, de uma só vez, o problema da geração de energia e dos lixões. “Hoje em dia é possível queimar lixo e tratar com filtros, eliminando as toxinas e os gases poluentes. Japão, China e Suécia incineram há mais de 10 anos. No Brasil, isso ainda precisa ser regulamentado na política nacional de resíduos sólidos”, afirma.

Por enquanto, o que está contemplado é apenas o biogás, gerado a partir de lixo orgânico. “A eficiência do biogás é menor, com menos rentabilidade. Já na incineração é possível gerar energia a um custo de R\$ 350 o MWh. Tecnologia existe: 800 toneladas de lixo podem garantir potência de 30 MW. Só no entorno do Distrito Federal, são produzidas 4 mil toneladas por dia de lixo”, contabiliza.

Além disso, ressalta Tisi, que faz parte da comissão de direito ambiental da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), os lixões geram um passivo ambiental de custo muito elevado. No DF, eles estão em cima de lençóis freáticos, e a chance de contaminação da água é altíssima. “O trabalho de consciência é lento. As tecnologias precisam se tornar mais baratas. E também existe um lobby muito forte de catadores de lixo e de empresas que os apoiam”, assinala.

Oceano

O diretor do Acende Brasil, Alexandre Uhlig, afirma que, no futuro, a tecnologia de energia termossolar também vai se difundir. “São espelhos que concentram energia num foco e geram por calor”, diz. Já o oceano tem cinco formas de gerar energia. “A das marés é a mais otimizada, porque, em alguns países, já ocorre em escala comercial. A das ondas, tivemos um protótipo em Pecém. Mas também é possível gerar a partir da diferença de salinidade, de temperatura e pelas correntes marítimas”, explica.

Newton Duarte, presidente da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen), lembra que o Brasil chegou a ter mais de 90% de geração hidrelétrica. “As térmicas começaram a ganhar espaço depois do racionamento e, de 10 anos para cá, começaram as novas renováveis. Hoje, a cogeração tem capacidade de 18 mil MW, porém, desses 11 mil MW são de biomassa da cana. Mas temos biomassa de eucalipto, cama de frango, cama de dejetos de suínos, cama de casca de arroz”, diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Municípios montam fundos para poupar royalty

Impulsionados pela produção do pré-sal, os municípios de Maricá (RJ), Niterói (RJ) e Ilhabela (SP), os “novos ricos do petróleo”, estão estruturando fundos para poupar parte de suas receitas com royalties para as próximas décadas e preveem atingir o primeiro bilhão de reais em suas contas em cerca de dez anos. O trio, que viu suas receitas com a produção de óleo e gás mais que dobrarem em 2017, totalizando R\$ 1,9 bilhão, quer guardar parte de suas

arrecadações para dar estabilidade fiscal e financiar, no futuro, programas sociais e investimentos.

Na lista das promessas dos municípios para o "bom uso" dos recursos dos royalties estão iniciativas como programas de transferência de renda, criação de bolsas de estudo para alunos de baixa renda e utilização da poupança como garantia para parcerias público-privadas e investimentos em infraestrutura. Os "novos ricos do petróleo" querem aproveitar o dinheiro do pré-sal para aumentar os investimentos públicos, mas ainda vivem a realidade da dependência das receitas petrolíferas, em maior ou menor grau, para fechar as contas de gastos permanentes, como a previdência.

Com a criação dos fundos, o objetivo do trio é evitar os erros de gestão das cidades do norte fluminense, que não conseguiram se estruturar para evitar as crises fiscais em que mergulharam após a queda dos preços do barril, em 2014. O aumento da produção do pré-sal e o declínio da Bacia de Campos mudaram o mapa de distribuição dos royalties e, em 2017, Maricá, Niterói e Ilhabela superaram Campos dos Goytacazes, até então o principal destino dos royalties, no ranking dos municípios que mais recebem compensações financeiras pela produção de petróleo.

Maricá foi o primeiro município a conseguir emplacar a criação de um fundo de poupança dos recursos do petróleo. O fundo soberano já foi aprovado e receberá até 5% das receitas mensais com royalties. A expectativa é que o primeiro aporte, de R\$ 30 milhões, seja feito nos próximos dias.

Segundo o secretário de planejamento do município, Leonardo Alves, a intenção é não mexer no fundo por pelo menos dez anos e poupar R\$ 1,2 bilhão no período, para financiar, no futuro, os investimentos e programas sociais da prefeitura, como o Cartão Mumbuca (programa de transferência direta de renda) e o sistema de transporte público gratuito. Juntos, esses dois projetos consomem cerca de R\$ 35 milhões/ano.

Maricá quer também utilizar os recursos do fundo como garantidor de parcerias públicas privadas. "Não precisaremos buscar em bancos [recursos para garantia]", explica Alves.

Maricá, que tem 70% de seu orçamento dependente dos royalties, usa o dinheiro do petróleo para bancar serviços dos mais variados: da construção de um hospital e investimentos em saneamento ao pagamento de pensionistas e eventos do aniversário da cidade.

Ilhabela e Niterói também tentam aprovar em suas respectivas câmaras de vereadores propostas semelhantes. O projeto niteroiense prevê aplicar, no

fundo, entre 5% e 10% das receitas das participações especiais (compensação financeira que incide sobre os campos mais lucrativos). A intenção é poupar R\$ 3 bilhões em vinte anos.

Niterói é, dentre os três municípios que mais recebem royalties, o menos dependente das receitas do petróleo, que respondem por 20% do orçamento. O prefeito, Rodrigo Neves (PDT/RJ), destaca que a cidade conseguiu elevar em 8% ao ano a receita de ISS, nos últimos anos.

"Se tivéssemos ficado parados, teríamos sucumbido junto com a crise da indústria naval. É uma cláusula pétrea da administração não aumentar gastos com pessoal e despesas permanentes com receitas dos royalties", diz o prefeito.

Hoje, cerca de 40% dos recursos dos royalties financiam o sistema de previdência municipal e companhia de limpeza urbana. Neves, contudo, disse que o município elevou a alíquota previdenciária de 11% para 12,5% e que espera redução dos gastos dos royalties com aposentadorias no futuro.

A grande meta da administração é usar a riqueza do pré-sal para investimentos em infraestrutura e mobilidade urbana. Niterói também quer criar uma conta poupança para financiar um programa de redução da evasão escolar. A ideia é criar uma poupança de até R\$ 4 mil para cerca de 5 mil alunos da rede pública de ensino, com foco em jovens do 9º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. A cada ano letivo concluído, os alunos poderão acessar parte dos recursos.

"Faremos um programa de educação financeira, para incentivar esses alunos a utilizarem o dinheiro para abrir um pequeno negócio ou ingressar na universidade. O foco está em jovens de famílias que hoje são beneficiadas pelo Bolsa Família. É o público com maior taxa de repetência, evasão escolar e mais suscetíveis ao assédio do crime organizado", explica.

Já Ilhabela pretende destinar 5% da arrecadação com royalties em 2018, aumentando gradativamente até atingir 25% em 2022, e poupar R\$ 1 bilhão em dez anos e R\$ 3 bilhões em 30 anos. O município do litoral paulista vive um 'boom' de investimentos públicos que vão desde a criação de escolas e ampliação de hospitais a construção de praças.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Rosas | Do Rio

Título: Consumo de energia subiu 1,7% em fevereiro

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) informou que o consumo de energia no país em fevereiro foi de 39.228 gigawatts-hora (GWh), uma alta de 1,7% em relação aos 38.571 GWh de igual mês do ano passado. No acumulado do ano, o consumo somou 78.741 GWh, 1,2% a mais que os 77.816 GWh dos dois primeiros meses de 2017. No acumulado em 12 meses, o consumo soma 466.055 GWh, 0,8% a mais que os 462.271 GWh dos 12 meses imediatamente anteriores.

A maior parte do crescimento em fevereiro veio do consumo industrial, que somou 13.862 GWh, 3,9% a mais que os 13.341 GWh de fevereiro do ano passado. No primeiro bimestre, a indústria consumiu 27.478 GWh, 3,8% acima dos 26.465 GWh dos dois primeiros meses de 2017. Nos últimos 12 meses, a indústria consumiu 168.078 GWh, 1,5% a mais que os 165.619 GWh dos 12 meses imediatamente anteriores.

Já os clientes residenciais consumiram 11.542 GWh em fevereiro, 1,9% acima dos 11.330 GWh de igual mês do ano passado, enquanto no primeiro bimestre o consumo foi de 23.394 GWh, 0,8% a mais que os 23.211 GWh dos dois primeiros meses de 2017. Nos últimos 12 meses, foi de 134.088 GWh, 0,9% a mais que os 132.901 GWh dos 12 meses anteriores.

Já o consumo comercial foi de 7.637 GWh, 0,4% a menos que os 7.670 GWh de fevereiro do ano passado. Nos dois primeiros meses do ano o consumo comercial foi de 15.274 GWh, 1,1% abaixo dos 15.445 GWh do primeiro bimestre de 2017. Nos 12 últimos meses, foi de 87.958 GWh, 0,1% a mais que os 87.843 GWh dos 12 meses anteriores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Cade pede para arquivar ação contra Petrobras

Apontando falta de indícios consistentes, dois anos e meio após pedido para declarar conduta anticoncorrencial da Petrobras no fornecimento de gás, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu, na quinta-feira à noite, arquivar ação aberta no órgão pela Âmbar Energia. O caso envolve a Térmica de Cuiabá, da Âmbar, e a denúncia contra a estatal foi protocolada em setembro de 2015.

Em nota técnica encaminhada à Superintendência-Geral do órgão, comandada por Alexandre Cordeiro, os técnicos da autarquia informaram que não foi configurada tal conduta por parte da petroleira, como sustenta a Âmbar nas

ações que impetrou no Cade, bem como em seus pedidos para que se adotasse uma medida preventiva contra a estatal.

A Âmbar Energia é uma empresa controlada da J&F Investimentos, também dona da JBS, Eldorado Celulose e outras companhias. Foi adquirida pelo grupo em 2015. Além da térmica, com potência para gerar 530 MW, é dona de um gasoduto de 640 km de extensão desde os campos de gás, em San José de Chiquitos, Bolívia, até Cuiabá.

Consultada, a empresa informou que ainda não tomou conhecimento dos autos, mas que irá se manifestar após publicação da decisão, à qual o **Valor** teve acesso na sexta-feira. Disse que a tendência será recorrer no âmbito da Superintendência do órgão, de forma a garantir seus direitos de suprir a Térmica de Cuiabá, em condições (preço e fornecimento) praticadas no mercado. A Petrobras informou que não comenta.

A Âmbar vem travando uma queda de braço com a Petrobras para ter o suprimento de gás para sua térmica sob o argumento de que todo o gás boliviano vendido ao Brasil tem sido feito por meio da estatal, em negociação com governo da Bolívia. Que não há outra fonte de fornecimento.

Nesses 30 meses, Âmbar e Petrobras chegaram a fechar três contratos, envolvendo volume de cerca de 2,1 milhões de metros cúbicos ao dia. Foram firmados dois de curta duração - um de 45 dias (em 2015) e outro de 30 dias, no início de 2016. E um terceiro, em abril do ano passado, com vigência até dezembro. No entanto, a estatal rescindiu este último em junho.

A Petrobras alegou na rescisão - conforme é de conhecimento público e nas petições que interpôs no Cade - que a Âmbar infringiu a cláusula anticorrupção do contrato, em decorrência de terem sido confessados atos ilícitos nas delações de executivos do grupo J&F ao Ministério Público Federal semanas após sua assinatura. Em documentos disponíveis no site do Cade e da Transparência Brasil sobre o caso, a Âmbar destaca que a J&F celebrou acordo de leniência com o MPF, tornando-se apta a fazer o negócio. Mas aponta que a estatal não reconhece e não acata o acordo do MPF.

Lembra também nas petições no Cade de pedido de medida preventiva contra a Petrobras que ela se negou até a atender o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), órgão ligado ao **Ministério de Minas e Energia**. O CMSE pediu no ano passado que a estatal fornecesse o gás à térmica por causa da crise hidrológica no país, para garantir energia ao sistema.

Até março, a Âmbar entrou com oito pedidos de medida preventiva, sempre destacando conduta anticoncorrencial da estatal, e requeria abertura de

inquérito. Por sua vez, a Petrobras, com mesmo número de pedidos, manteve suas posições e solicitava ao Cade que a ação fosse arquivada.

No despacho de quinta-feira, os técnicos do órgão antitruste decidiram por indeferimento do pedido de medida preventiva e arquivamento, "tendo em vista a não subsistência de indícios de infração da ordem econômica". Arquivar é a melhor medida no momento por falta de evidências, afirmaram.

No processo, a Âmbar ainda solicitava ao MPF que averiguasse as razões da demora do Cade para analisar o caso. Empresa terá cinco dias para recorrer após publicação no Diário Oficial da União.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Ibama X Anglo American

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) suspendeu, na sexta-feira, a autorização para a mineradora Anglo American operar seu mineroduto, que liga Minas Gerais ao litoral do Rio de Janeiro. A medida foi tomada após um segundo vazamento na tubulação, ocorrido na quinta-feira. Em 12 de março, 300 toneladas de polpa de minério de ferro - uma mistura de minério e água - vazaram do mineroduto. No ofício encaminhado à empresa, o Ibama comunica que o "mineroduto deverá interromper imediatamente as suas atividades, devendo requerer autorização deste instituto para voltar a operar". Para voltar a operar, a Anglo American terá de apresentar resultados de inspeção dos tubos e de laudo assinado por um especialista que ateste que a estrutura está íntegra e segura. O Ibama também determinou que a empresa apresente em 48 horas um laudo com a descrição dos danos e as medidas tomadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Estrangeiras ampliam presença na exploração

As petroleiras estrangeiras reforçaram, na 15ª Rodada de licitações de blocos exploratórios, na semana passada, o movimento de aquisições de ativos no Brasil, iniciado após as reformas regulatórias e a criação de um calendário plurianual de leilões de óleo e gás. Na licitação de quinta-feira, as multinacionais

do setor se comprometeram a desembolsar mais R\$ 5,8 bilhões este ano, na compra de novas áreas de exploração no país, depois de já terem anunciado investimentos de cerca de R\$ 30 bilhões na compra de ativos no Brasil em 2017.

Ao todo, 12 empresas saíram vitoriosas da 15ª Rodada, sendo dez delas estrangeiras, a Petrobras e a Queiroz Galvão Exploração e Produção como representantes nacionais. A americana Chevron e a alemã Wintershall, que voltaram a adquirir ativos no Brasil depois de anos de ausência de leilões no país, e a ExxonMobil, petroleira que mais arrematou o maior número de áreas, estão entre os principais destaques do último leilão.

A Exxon arrematou oito áreas, sendo seis como operadora, e desembolsará R\$ 2,85 bilhões pelos ativos, localizados nas bacias de Campos, Santos e Sergipe-Alagoas. Nos leilões do ano passado, a empresa já havia marcado o seu retorno ao país, ao adquirir onze ativos em águas profundas, nas mesmas regiões, mas a maior parte (sete deles) havia sido arrematada como não operadora, em sociedade com a Petrobras.

Na 15ª Rodada, a estatal brasileira e a multinacional americana consolidaram a parceria iniciada no ano passado, mas com algumas mudanças no modelo de sociedade. Ao invés da parceria 50%/50% firmada no leilão de 2017, as duas companhias voltaram a se associar em quatro concessões na Bacia de Campos, mas dessa vez com a presença de mais um sócio (Qatar Petroleum em dois blocos e a Statoil em outros dois).

Além disso, Exxon e Petrobras dividiram as operações. Ao contrário da 14ª Rodada, quando entrou como operadora em todos os ativos arrematados, a estatal brasileira operará duas das concessões adquiridas em sociedade com a americana, enquanto a multinacional operará as outras duas.

A presidente da ExxonMobil no Brasil, Carla Lacerda, disse que a participação da empresa na 15ª Rodada demonstra o aumento da confiança da empresa no Brasil. Segundo ela, a confiança é sustentada pelo potencial exploratório do país, pelas reformas regulatórias recentes e pela "fortaleza" das parcerias fechadas nos leilões. "Estamos mais confiantes em investimentos no Brasil", disse a executiva.

Outros destaques da rodada foram a Chevron e a alemã Wintershall, que voltam a adquirir ativos no Brasil depois de anos de ausência de leilões no Brasil. A americana arrematou quatro áreas, sendo uma como operadora, por R\$ 308 milhões. A última vez que a companhia tinha participado de uma licitação no país foi em 2013, na 11ª Rodada. Já a Wintershall adquiriu, por R\$ 151 milhões, sete blocos, quatro deles como operadora. A empresa entrou no país em 2001,

mas saiu em 2005, após os poços perfurados no país não terem se mostrado comercialmente viáveis.

"Vamos ter investimentos no longo prazo. Estamos bem preparados para fazer esses investimentos [nos blocos arrematados hoje] no futuro [...] Vai haver muitos leilões e possibilidades de 'farm-in' [aquisições]", disse Gerhard Haase, gerente geral e representante Wintershall no Brasil. "Queremos construir e manter um portfólio balanceado, por isso temos áreas que, para nós, são claramente interessantes, em distintas áreas, com diferentes objetivos", afirmou.

O sucesso nas áreas marítimas não se repetiu nos blocos terrestres, que encerraram a 15ª Rodada sem oferta

A Qatar Petroleum, figura presente nos leilões do ano passado, voltou a mostrar interesse no país, com a compra de quatro áreas, por R\$ 1,02 bilhão. Statoil (que pagou R\$ 972 milhões por quatro áreas); Shell (R\$ 235 milhões, por quatro concessões); Petrogal (R\$ 110 milhões, por uma área); Repsol (R\$ 88 milhões, por três ativos); BP (R\$ 51 milhões, por dois ativos); e Murphy (R\$ 1,4 milhão por duas concessões) também marcaram presença na 15ª Rodada.

"Foi positivo e acho que tem mais coisa para a gente trabalhar, num portfólio que já está bem grande", disse André Araujo, presidente da Shell no Brasil. "Ofertamos pelos blocos que queríamos, nos valores que queríamos", completou.

"O leilão foi um sucesso e as aquisições fortalecem nossa posição no Brasil e na Bacia de Campos", destacou Anders Opedal, presidente da norueguesa da Statoil no Brasil, lembrando que a empresa já está em áreas com infraestrutura na região da Bacia de Campos.

Entre as demais inscritas, as ausências sentidas foram a chinesa CNOOC, a Petronas (que mais uma vez se inscreveu, sem participar, de uma licitação no país), a Premier Oil e a Ecopetrol. A francesa Total foi a única empresa que fez ofertas, mas não arrematou.

O resultado bem sucedido do leilão de áreas marítimas não se repetiu sobre os blocos terrestres, que encerraram a 15ª Rodada sem receber nenhuma oferta. Na avaliação do governo, a ausência de propostas por áreas terrestres é, em parte, reflexo do programa de venda de ativos da Petrobras em curso, que compete por investimentos de pequenas e médias empresas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Cláudia Schüffner, André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Futuro dos blocos vetados será discutido hoje**

Uma reunião entre o **Ministério de Minas e Energia (MME)**, Agência Nacional do Petróleo (ANP) e o Tribunal de Contas da União (TCU) marcada para hoje vai discutir a inclusão dos blocos S-M-534 e S-M-645 na 4ª Rodada do Pré-sal, que está marcada para o dia 7 de junho. A reunião está marcada para 17h em Brasília

O secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Feliz Bezerra, estima que a União teria arrecadado R\$ 5 bilhões com os blocos que foram retirados da 15ª Rodada, realizada na quinta-feira, o que poderia elevar para R\$ 13 bilhões total recebido pelo governo com bônus de assinatura.

Os blocos foram retirados por determinação do TCU, que entendeu que a venda sob o regime de concessão, e não o de partilha de produção, poderia trazer prejuízo estimado para a União de R\$ 2,37 bilhões, considerando as participações governamentais que seriam pagas ao longo do contrato. "O leilão originalmente teria arrecadado R\$ 13 bilhões até agora. E só o bônus que eu acho que teria sido pago é maior do que esse aludido prejuízo, que certamente teria sido revertido", disse Bezerra.

Ao comentar a decisão do TCU, ele disse que "quem faz a política energética do país" é o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Segundo Bezerra, a palavra chave agora é "reinstitutionalização" do setor, que na avaliação dele não será afetada pela decisão.

Até o momento não se sabe o nome das oito empresas que tinham depositado garantias para a ANP, para fazerem ofertas pelas áreas que saíram.

Bezerra informou que o governo vai propor, na reunião, a inclusão dos blocos S-M-534 e S-M-645 na 4ª Rodada do Pré-sal, onde serão oferecidas áreas sob o regime de partilha de produção. "Agora os dois [blocos] serão oferecidos no leilão de partilha, serão Saturno e seus anéis", afirmou o secretário do MME.

Os dois blocos ficam fora da área delimitada como polígono do pré-sal e por isso precisam ser definidos como áreas estratégicas para serem incluídos no leilão do pré-sal. Para isso, é necessário que o CNPE solicite ao presidente da República a publicação de um decreto presidencial.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Curta**

Light rola dívida

A Light fechou, na quinta-feira, a rolagem do principal de toda a dívida vincenda em 2018 junto ao Banco do Brasil através da liquidação de 425 mil debêntures simples, em montante total de R\$ 425 milhões. A empresa informou que as debêntures vão pagar a variação acumulada de 100% da Taxa DI, mais sobretaxa ou spread de 3,5%, com data de vencimento em 29 de março de 2021.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Renuka pode se desfazer de suas usinas em SP**

A Renuka do Brasil deu sua última cartada para sobreviver à recuperação judicial iniciada há três anos, em meio uma dívida que já chegou a cerca de R\$ 3 bilhões. Na semana passada, a companhia, controlada pela indiana Shree Renuka Sugars, apresentou à Justiça um novo plano de recuperação que prevê a venda, por meio de leilão, da Usina Revati, em Brejo Alegre, com opção de compra da Usina Madhu, em Promissão, também no interior paulista.

Ao investidor que vencer o leilão da Usina Revati será oferecida a opção de comprar 50% da Usina Madhu por R\$ 15 milhões, ou 100% da unidade por esse montante mais 50% de seu valor de mercado.

O modelo do novo plano foi negociado junto à gestora americana Castlelake, que já realizou due diligence e pretende apresentar uma proposta no leilão, e com o BNDES, um dos principais credores da Renuka - e que impediu, na Justiça, as últimas duas tentativas de leilão de usinas da companhia por deter hipotecas nas unidades. Para contornar esse problema, o plano prevê que a venda da usina Revati não implicará a transferência de gravames em favor de terceiros.

A venda da Usina Revati (sem passivos) será usada para pagar parte das dívidas da Renuka. Com exceção dos credores trabalhistas, que receberão seus créditos integralmente, os demais receberão valores menores.

A estes foram apresentadas duas opções: eles podem converter uma parcela pequena de seus créditos (que variam conforme o tipo de credor) em ações na sociedade de propósito específico que adquirirá a Revati ou podem receber títulos de dívida, sem garantia, equivalentes também a uma parcela pequena do valor atual dos créditos, e que serão devidos pelo comprador.

O plano também prevê a venda das "socas" de cana da Usina Madhu por até R\$ 15,7 milhões, a serem recebidos própria Renuka.

Os interessados deverão apresentar em suas propostas fechadas no leilão um compromisso de investir no mínimo R\$ 170 milhões por três anos. O valor é considerado necessário para recuperar os canaviais da região, que se deterioraram após anos sem investimento. Os interessados também terão que apresentar proposta para arrendar os equipamentos da Madhu, que não poderá operar por três anos.

Por sua vez, a Renuka do Brasil garantiu que haverá contratos com fornecedores capazes de garantir a oferta de 1,8 milhão de toneladas de cana para a Usina Revati na safra atual (2018/19), iniciada ontem, e de 4 milhões de toneladas na próxima temporada (2019/20).

O plano prevê que os interessados podem estabelecer em suas propostas condições suspensivas para a transação que não sejam apenas a aprovação pelo Cade.

O prazo previsto para toda a operação é curto, já que a safra 2018/19 teve início e uma das usinas precisa começar a operar. A assembleia de credores responsável por deliberar sobre o plano deverá ocorrer 31 dias após o protocolo, realizado em 28 de março. O leilão deverá acontecer no dia seguinte à assembleia. No período entre a homologação judicial da proposta vencedora e a data do fechamento da transação, a Renuka do Brasil terá que permitir que o comprador fiscalize as atividades. Os investidores interessados têm cinco dias após publicado o edital para manifestar interesse.

Antes da data de fechamento da transação, a Renuka do Brasil deverá demitir os trabalhadores que o comprador decidir não manter na usina. O comprador será o responsável por pagar as verbas rescisórias, mas o valor máximo a ser pago deverá ser de R\$ 24,4 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: BNDES reduz exposição excedente em Petrobras

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai concluir em junho a primeira etapa de um trabalho que vem fazendo há três anos para reduzir a exposição da instituição à Petrobras. Até 30 de junho, o BNDES terá que reduzir, no mínimo, 20% da exposição excedente que tinha com a petroleira em 2015.

Em 30 de junho daquele ano, a exposição do banco à controladora Petrobras S.A. equivalia a 54,3% do patrimônio de referência do banco. Esse percentual caiu para 26,6% no fim do ano passado, ainda assim acima dos 25% fixados pelo Banco Central (BC) como limite máximo de exposição que um banco, inclusive o BNDES, pode ter por cliente.

Essa situação faz com que há três anos, desde 2015, o BNDES esteja impedido de contratar novas operações de crédito com a Petrobras S.A. A vedação segue determinação geral estabelecida pela resolução número 4.430, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que trata do limite de exposição por cliente do BNDES. "Em 30 de junho, faremos a primeira apuração [sobre a redução da exposição do banco à Petrobras] e temos a projeção de que vamos atender à norma estabelecida pelo CMN", diz o superintendente da área financeira do BNDES, Selmo Aronovich.

A exposição do banco à Petrobras foi resultado de uma política de governo - nas administrações dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff -, que valeu-se do BNDES para apoiar investimentos da petroleira no pré-sal.

Em 2009, houve um aporte de R\$ 100 bilhões do Tesouro ao BNDES, dos quais R\$ 30 bilhões foram direcionados para a Petrobras. Em 2010, o banco de fomento participou da capitalização da Petrobras comprando R\$ 25 bilhões em ações da empresa, financiado pelo governo federal. Além disso, o BNDES foi capitalizado com ações da Petrobras em cerca de R\$ 10 bilhões.

Em 2015, ainda no governo Dilma, houve uma mudança de orientação. Até então o limite de exposição do banco à Petrobras era de no máximo 25% do patrimônio de referência, mas considerava somente a exposição de crédito (sem colocar na conta as ações da petroleira detidas pelo banco). A partir da resolução 4.430/15, o limite de exposição continuou sendo de 25% do patrimônio de referência, mas passou-se a considerar a soma da exposição de crédito mais ações. Aronovich diz que, desde a resolução 4.430, o BNDES está em conformidade com a regra do BC. "Estamos enquadrados [na regra]."

Para reverter o excesso de exposição do banco à Petrobras, a resolução fixou um calendário em três etapas (de três anos cada uma). A meta é levar a exposição do BNDES à Petrobras para 25% do patrimônio de referência até 30 de junho de 2024. Antes disso haverá duas etapas intermediárias: a primeira

agora, em 30 de junho de 2018, e a segunda daqui a três anos, em 30 de junho de 2021. Pelo cronograma, a exposição à Petrobras, que era de 54,3% do patrimônio de referência em 30 de junho de 2015, deve ficar, no máximo, em 48,4% em 30 de junho deste ano; em 40,2% em 30 de junho de 2021 e atingir 25% em 30 de junho de 2024.

O banco não diz exatamente quanto deverá ser a exposição no fim de junho deste ano, mas estima que poderá ficar próximo ao patamar verificado em 2017 (26,6%).

Hoje o risco de não atendimento da resolução do CMN pelo BNDES é improvável e só aconteceria em um caso em que a ação de Petrobras subisse muito, mais do que duplicando de valor, e o patrimônio de referência do banco não aumentasse, diz Aronovich. Para ele, possivelmente o BNDES não conseguirá financiar a Petrobras em novas operações de crédito antes de 1º de julho de 2021, quando será apurado o trabalho relativo à segunda etapa da redução da exposição do banco à petroleira.

Até agora, a redução da exposição foi possível graças a pré-pagamentos de empréstimos feitos pela petroleira junto ao BNDES e também pela venda de ações preferenciais da empresa pelo banco.

Existem dois decretos, ambos de 2011, que restringem, porém, a venda de ações ordinárias de Petrobras que estão na carteira do BNDES. Pelos decretos, para vender as ações o conselho de administração do banco teria que oferecer, primeiro, as ações ao Ministério da Fazenda. A exigência é considerada como uma trava para a transação. Aronovich afirma que existe uma solicitação do BNDES aos ministérios da Fazenda e do Planejamento para revogar as restrições existentes para uma eventual venda futura. "O BNDES entende que vai ser atendido."

Desde 2015, a Petrobras reduziu em cerca de US\$ 10 bilhões os empréstimos junto ao BNDES, segundo Bianca Nasser, gerente-executiva de finanças da Petrobras. Bianca afirmou que os pré-pagamentos foram realizados dentro da política de desalavancagem estabelecida pelo plano de negócios da companhia, que tem como meta levar a relação entre dívida líquida e Ebitda para 2,5 vezes. No fim de 2017, essa relação ficou em 3,67 vezes, influenciada pelo acordo que a Petrobras fez com investidores nos Estados Unidos. "O BNDES continuará a ter papel importante para a Petrobras, mas tende a ser cada vez mais importante para a cadeia de fornecedores da companhia em um cenário em que a Petrobras se desalavanca", afirma Bianca.

MME / ASCOM .